

Revista Multidisciplinar

**A TRAJETÓRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO SISTEMA
EDUCACIONAL BRASILEIRO E A LUTA DO POVO AFRODESCENDENTE
PELA CONQUISTA DE SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Genivaldo Bezerra Cavalcanti



https://veja.abril.com.br/coluna/jose-vicente/yduqs-acao-afirmativa-antirracista-no-ensino-superior-privado#google_vignette

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br



**A TRAJETÓRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO SISTEMA
EDUCACIONAL BRASILEIRO E A LUTA DO POVO AFRODESCENDENTE PELA
CONQUISTA DE SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Genivaldo Bezerra Cavalcanti¹

**Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.14217508**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14217508)

¹Graduado em História e Sociologia, Especialização em História do Nordeste e em Antropologia do Direito, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: genivaldocavalcanti39@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre os povos que foram escravizados e trazidos em grandes contingentes para o Brasil, aqui se tornaram africanos, ganhando junto outras identificações, como: negro, preto, selvagem, escravo, produzindo uma fusão de significados considerados de inferioridade, gerando preconceito, discriminação. A própria história mostra no seu percurso, a importância de transmitir conhecimento de uma geração à outra, como garantia de nossa sobrevivência enquanto espécie. Para isso, as sociedades, nos diversos momentos de suas trajetórias, criaram formas de garantir essas passagens. A sociedade brasileira tem sido moldada por desigualdades sociais e educacionais ao longo de quatro séculos, moldada por relações étnico-raciais que segregam a sociedade e desqualificam educacionalmente os afrodescendentes. Ainda temos que estudar e pesquisar muito sobre os escravizados. Portanto, com base em conceitos pré-estabelecidos e preconceitos racistas, perpetua-se a ideia de que eram indivíduos inferiores, em relação àqueles que os consideravam como propriedade. É inegável que a população afrodescendente conquistou vários direitos no decorrer do tempo mas, não é o suficiente há muito a se conquistar em qualquer setor de uma sociedade que haja qualquer tipo de discriminação e preconceito tem que ser rapidamente combatido.

Palavras chaves- Escravizados, inferioridade, conhecimento e trajetórias.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some reflections on the peoples who were enslaved and brought in large numbers to Brazil, where they became Africans, gaining other identifications, such as: black, savage, slave, producing a fusion of meanings considered inferior, generating prejudice and discrimination. History itself shows the importance of passing on knowledge from one generation to the next, as a guarantee of our survival as a species. To this end, societies have created ways of ensuring these passages at different times in their history. Brazilian society has been shaped by social and educational inequalities over four centuries, shaped by ethnic-racial relations that segregate society and educationally disqualify Afro-descendants. We still have to study and research very much about the enslaved. Therefore, based on pre-established and racist preconceptions, the idea that we were inferior individuals was perpetuated, in relation to those who consider us as property. It is undeniable that the Afro-descendant population has conquered several times in a number of ways, but it is not enough to conquer any sector of a society that has any type of discrimination and prejudice that must be quickly combated.

Keywords - Slaves, inferiority, knowledge and trajectories

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é crucial em contextos democráticos, sendo responsabilidade dos órgãos educacionais para garantir o acesso aos conhecimentos científicos acumulados ao longo da história para a formação cidadã dos indivíduos. Isso permite que não se privilegie uma etnia ou raça em detrimento de outra, incentivando a universalização do ensino. De acordo com Fonseca (2007). A educação foi percebida como um elemento de inclusão social, havendo um acordo entre diversos segmentos sociais acerca da importância de uma educação voltada para a vida em uma sociedade livre. Contudo, as ações dos escravistas impediram a completa integração dos negros na sociedade.

Embora essa população escravizada tenha sofrido um apagamento cultural e linguístico, ainda é perceptível a formação de uma comunidade afrodescendente que batalha por "seu direito a uma educação de qualidade, que vai além do simples acesso, engloba também a continuidade bem-sucedida, tanto no ensino fundamental quanto no superior" (GOMES). De acordo com Fonseca (2007) a historiografia brasileira em relação à educação dos escravos foi construída de forma quase invisível, houve um grande silêncio por partes das fontes históricas no que se refere à educação dos afrodescendentes.

A população afrodescendente não tinha acesso à educação. Após a abolição teve alguns avanços, mas faltou à representação nos recursos pedagógicos, nem se abordava a sua cultura. Assim, os afrodescendentes não se identificavam com a educação que lhes era proporcionada. Somente após 115 anos de libertação da escravidão houve uma mudança significativa nesse aspecto. O governo federal sancionou a Lei 10.639/03, evidenciando a lentidão das conquistas educacionais para a população afrodescendente. Warde e Carvalho (2000) destacam algumas particularidades do processo de renovação da historiografia educacional. Salientando as suas conexões com os paradigmas anteriores. Destacam mudanças ocorridas em produções anteriores, mantendo inalterados objetos, temas e questões já estabelecidos. Este pode ser o caso para justificar a postura de certos historiadores que têm reativado modelos explicativos que preservam uma perspectiva tradicional, é necessário um caminho do povo afrodescendente na trajetória educacional.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo é conhecer a trajetória da população afrodescendente no sistema educacional do Brasil e a luta desse povo em conquistar seu espaço na sociedade durante o período colonial, monárquico e republicano. A inclusão da história e cultura afro-

brasileira e africana nos currículos escolares é fundamental para a inclusão social da maioria mestiça da sociedade brasileira. No período colonial a educação era destinada aos grupos dominantes para formar os filhos dos que detêm o poder. Neste período, e mesmo na época imperial que se estende até 1889, ano que é precedido pela abolição formal dos escravizados, os afrodescendentes, considerados não cidadãos, são proibidos de estudar.

Para falar sobre os afrodescendentes na educação brasileira no momento contemporâneo, compreender as conquistas, os fatores que as ameaçam e as lutas políticas que temos que enfrentar para conquistar a igualdade racial em educação, é preciso contextualizá-la em função das forças políticas que ora fazem avançar e ora ameaçam as conquistas alcançadas.

A condição dos afrodescendentes no Sistema Nacional de educação só pode ser compreendida se conhecermos a maneira pela qual o mundo e particularmente a sociedade brasileira estabeleceram suas relações para com a população de origem africana nos diferentes períodos da história da humanidade e no Brasil desde os tempos coloniais, passando pelo período imperial, pela primeira república e em momentos posteriores até o presente. Esta reconstrução histórica não pode ser unilateral, recuperando somente as formas de opressão para com os afrodescendentes, mas também as diferentes formas de resistência desta população em relação às condições que foram submetidos.

O ESCRAVO E A EDUCAÇÃO COLONIAL NO BRASIL

Os escravos não tinham acesso à escola no Brasil colonial, pois a legislação do Império português considerava-os doentes de moléstias contagiosas.

A educação para os escravos era limitada e incentivada pela Igreja Católica e pelos senhores de escravos, com o objetivo de ensinar, os princípios básicos da religião católica como: orar e rezar. O objetivo era que os escravos adquirissem "as virtudes da paciência, humildade, resignação e submissão à ordem estabelecida".

A educação no Brasil colonial era dividida em duas categorias: Instrução simples primária, para os filhos de portugueses e índios. Educação média, para meninos brancos que formavam mestres em artes ou bacharéis em Letras. A desigualdade racial na educação no Brasil é fruto de uma série de fatores, incluindo a falta de políticas públicas para incluir negros nas escolas, universidades e no mercado de trabalho. A literatura, tradicionalmente, situa a empresa jesuítica relacionada apenas com as crianças brancas,

índigenas, mamelucas e mulatas. A base da conversão dos "gentios" ao cristianismo era a catequese, realizada pelo ensino mnemônico.² Nesse contexto, as crianças negras sofriam dois tipos de violência: nasciam marcadas pela maldição social da escravidão e estavam submetidas a um processo brutal de aculturação gerada pela visão cristã de mundo.

Tem-se dado pouca atenção para o fato de que os filhos dos escravos pertencentes aos missionários-fazendeiros também foram educados nas escolas concebidas pelo Ratio studiorum. O Ratio Studiorum foi um método de ensino criado por Inácio de Loyola para direcionar as ações educativas dos padres jesuítas, nas atividades educacionais, na colônia e na metrópole. Era uma coletânea de regras e prescrições práticas minuciosas que deveriam ser seguidas pelos padres jesuítas. Evidentemente, a educação de crianças negras no Brasil Colonial foi um fenômeno raro. Constituiu-se uma exceção da regra geral que caracteriza os grandes traços explicativos da história da educação do período colonial, ou seja, a exclusão da ampla maioria do povo brasileiro. Entretanto, mesmo tendo se constituído uma exceção, merece registro. O trabalho escravo, nas propriedades dos missionários-fazendeiros da Companhia de Jesus, transformou-se na principal mão-de-obra utilizada nas relações sociais de produção. Foram os filhos desses escravos que constituíram o contingente de crianças negras submetidas à ação pedagógica dos jesuítas.

Em 1750 o rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que caminha no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa, reforçando o Pacto Colonial, iniciando assim, uma tentativa de transformação no século XVII com as Reformas Pombalinas.

Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. Em 1753, o marquês de Pombal resolveu extinguir a escravidão dos índios no Maranhão, onde ela era mais comum que no resto da colônia. Em 1755, proclamou a libertação dos índigenas em todo o Brasil, indo ao mesmo tempo contra os proprietários de escravos índios e os jesuítas, que dirigiam a vida das comunidades indígenas nas missões (aldeamentos indígenas organizados pelos jesuítas). Após ter expulsado os jesuítas de Portugal, obrigou-os também a sair do Brasil em 1760. Pombal proibiu a discriminação aos índios e elaborou uma lei favorecendo o casamento entre eles e portugueses. Finalmente, criou o Diretório dos Índios para substituir

² Mnemônico- Vem do grego "mnemonikós", que quer dizer uso correto da memória.

os jesuítas na administração das missões. Pombal via que era impossível trazer portugueses para colonizar o interior do Brasil era mais fácil permitir o casamento dos colonos com os indígenas com objetivo de europeizar a população local e defender as fronteiras. Em relação à política educacional buscava-se construir um sistema público de ensino, mais moderno e popular, na colônia, apesar das várias tentativas, através de sucessivos alvarás e cartas régias, as Reformas Pombalinas no campo da educação, só logrou desarranjar a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas, confiscando-lhes os bens e fechando todos os seus colégios.

É importante analisarmos que a reforma pombalina no Brasil não foi implementada no mesmo período e da mesma forma que em Portugal. Foi de quase trinta anos o tempo de que o Estado português necessitou para assumir o controle pedagógico da educação a ser oferecida em terras brasileiras; da completa expulsão dos jesuítas e do desmantelamento sistemático de seu aparelho educacional, dos métodos aos materiais didáticos, até a nomeação de um Diretor Geral dos Estudos que deveria, em nome do Rei, nomear professores e fiscalizar sua ação na colônia. Através do alvará régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, extinguiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam substituir as disciplinas dos colégios jesuítas.

Estas medidas, entretanto, não foram suficientes para oferecer uma boa educação à população brasileira que constantemente reclamava da falta de escolas. O governo português observou que era preciso buscar soluções para resolver a estagnação da educação brasileira. Os professores em sua grande maioria eram leigos e mal preparados os colégios religiosos continuaram sendo administrados por: oratorianos, franciscanos e carmelitas. Em relação a população negra continuou sem acesso as escolas nenhum colégio religioso permitia o ingresso de um negro. De acordo com **Saviani (2011)**, as ordens que vieram ao Brasil durante o processo de colonização e ficaram também com a missão de educar os filhos dos colonos foram as dos Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas, Oratorianos e Capuchinhos e não permitiu a educação da população negra. A educação colonial passou a ser controlada e fiscalizada pelo Estado

As aulas régias instituídas por Pombal para substituir o ensino religioso constituíram, dessa forma, a primeira experiência de ensino promovido pelo Estado na história brasileira. A educação a partir de então, passou a ser uma questão de Estado. É importante frisar que este sistema de ensino cuidado pelo Estado servia a poucos, em sua imensa maioria, filhos das elites coloniais.

A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO BRASIL IMPERIAL

Para entendermos a educação no Brasil no período imperial precisamos entender como funcionava a educação na Inglaterra da qual o sistema educativo brasileiro seguiu como modelo. Ao final do século XVIII e início do século XIX, havia na Inglaterra um grande número de crianças que não tinha oportunidade de obter educação elementar. As despesas para isso eram muito grandes e também não havia professores qualificados em número suficiente. Os ingleses adotaram o sistema de instrução monitorial. Esse método inicialmente foi desenvolvido pelo Reverendo Andrew Bell e Joseph Lancaster. O método consistia em o professor ensinar a lição a um grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes. Então, todo o grande grupo de alunos era dividido em pequenos grupos e estes aprendiam a lição a partir daqueles a quem o mestre havia ensinado. Um professor principal poderia, assim, instruir um grande número de crianças.

O objetivo de Lancaster era desenvolver crenças morais disciplinando a mente e o corpo dos alunos. A proposta de utilizar o método Lancaster no Brasil chegou durante o governo de Dom João VI, intermediado pelo conde da Barca (Antônio de Araújo e Azevedo) ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos porém este método só foi oficializado no Brasil em 1827 no reinado de Dom Pedro I, pelo Decreto que regulamentou que as Escolas de Primeiras Letras: Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos.

No Brasil o método Lancasterino seguiu em todos os aspectos o método inglês em utilizar alunos mais avançados para ensinar aqueles que estão em níveis iniciais. Essa maneira de ensinar não só ajudaram os alunos menos experientes, mas também fortaleceu o conhecimento dos alunos que ensinaram. O método priorizava o ensino de habilidades básicas, como leitura, escrita e aritmética.

Além disso, tinha por objetivo redução no número de professores e aumento na quantidade de alunos. Ressalte-se a desvantagem que não poderia atender as necessidades individuais de cada aluno dependendo que variava da capacidade dos alunos que ensinavam. O acesso às escolas era muito desigual, principalmente para a população negra. A maior parte da população negra, especialmente os escravizados e os libertos, enfrentava grandes dificuldades para terem acesso à educação formal. A maioria das escolas estava concentrada nas cidades e, muitas vezes, apenas a elite. Embora houvesse algumas iniciativas de educação para crianças negras e escravizadas, elas eram limitadas e muitas vezes dependiam de ações comunitárias ou de grupos pertencentes à igreja católica.

Assim, enquanto o método Lancaster poderia ter sido utilizado em algumas instituições, o acesso efetivo à educação por parte da população negra era bastante restrito no Brasil Império.

De acordo com Karasch (2000), no Brasil do século XIX houve relatos e anúncios publicados e jornais em que procurava-se negros e negras de 08 a 10 para aprender ser cozinheiros, cocheiros e jardineiros nesses locais esses escravos aprendiam também a ler e escrever ainda que não haja provas de que essas escolas é possível que alguns escravos alfabetizados fossem instruídos por aqueles que os tinham treinado nessas profissões.

De acordo com Fonseca (2002), na primeira metade do século XIX, vários escravos aprenderam a ler e a escrever em ambientes que não eram escolas. Esses escravos podiam ter aprendido a ler com negros forros ou até mesmo com seus proprietários como uma forma de adquirir alguma certa vantagem com esse ensinamento.

Karasch (2000) relata o fato de muitos africanos que desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, já haviam aprendido a falar, ler e escrever em português na África. Ressalta ainda que um grupo significativo de escravos e libertos alfabetizados, inclusive mulheres assinavam seus nomes nos documentos e registros notariais.

Vale ressaltar que em 1840, 92% da população brasileira era analfabeta a educação era voltada principalmente para a população branca pertencente à elite a maioria dos brancos pobres não sabia ler e escrever. A leitura era um privilégio de poucos, um negro nesse período que sabia ler e escrever sendo escravo tinha seu valor aumentado em três vezes. Evidencia-se também que os escravos e negros forros que viviam nos centros urbanos tinham mais chance para se tornar letrados.

Em 1854 ocorreu a Reforma Couto Ferraz foi um decreto que estabeleceu regras para o ensino primário e secundário na Corte, no Brasil determinando condições para a fiscalização, punições, benefícios e alocação dos professores das escolas primárias organizou as escolas públicas e privadas, primárias e secundárias, determinou também que escravos não poderiam ser matriculados ou frequentar as escolas primárias, tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte.

Muitos escravos e negros forros sabiam da importância de saber ler e escrever numa sociedade que os consideravam como mercadorias, ser letrados era uma das formas de lutar por sua liberdade.

Quanto à educação secundária, o quadro parece ser mais dinâmico. De um modo geral, o ensino secundário durante o império estava predominantemente nas mãos de particulares. Porém, o governo central se esforçou para manter o padrão do ensino a partir da criação, em 1837, do Colégio Pedro II, modelo a ser seguido em todo o país.

Quem concluiu o curso no Colégio D. Pedro II recebia o título de “Bacharel em Letras” e era dispensado dos exames para o ingresso no ensino superior em qualquer Faculdade do Império. SILVA (2012, p. 94).

Raramente havia negros no Ensino Superior no Império os cursos eram isolados, com poucas vagas e professores com qualificação mínima para ministrarem as aulas, faltava organização e unidade, e eram baseados na literatura europeia. Outro fato relevante é a não participação feminina no ensino superior.

No século XIX, existiram duas faculdades de Direito no Brasil, uma em São Paulo e outra em Olinda (posteriormente transferida para o Recife), ambas fundadas no reinado de Dom Pedro I em 1827. Essas faculdades são lembradas como instituições conservadoras, que promoveram a legitimação do elemento servil. O ensino superior era reservado a uma parcela reduzida da população brasileira era preciso ser alfabetizado e ter meios financeiros para entrar e manter-se nos estudos. Além disso, o espaço universitário era dominado por homens brancos católicos em sua grande maioria filhos de senhores de engenho de Pernambuco e filhos de fazendeiros de café de São Paulo.

Não era comum, mas havia afrodescendentes que com muito esforço chegavam a realizar cursos universitários entre eles podemos relatar a história de: Luís Gonzaga Pinto da Gama, nascido em Salvador, Bahia, em 21 de junho de 1830, nasceu em Salvador. Filho de um nobre português cujo nome ele nunca mencionou e da escrava livre Luiza Mahin. De acordo com ele, Luiza Mahin esteve envolvida na revolta do Malês em 1835 e na Sabinada em 1837, o que resultou em sua fuga para o Rio de Janeiro, deixando o filho sob a guarda do pai.

Quando Luís Gama tinha apenas 10 anos, seu pai o levou para o Rio de Janeiro, onde foi vendido ao comerciante e alferes Antônio Pereira Cardoso para quitar uma dívida de jogo. Devido à sua origem baiana e reputação de rebelde, o comerciante não conseguiu vendê-lo e o transferiu para sua propriedade rural em Limeira.

Aos 17 anos, Luís Gama teve a oportunidade de conhecer o estudante Antônio Rodrigues do Prado, hóspede da propriedade rural de seu patrão, que o educou na leitura e escrita.

Em 1848, aos 18 anos, ciente de que sua condição era ilegal, já que sua mãe era livre, Luís evadiu-se para São Paulo, onde obteve a liberdade através da justiça. No mesmo ano, ele se juntou à Força Pública Provincial.

Luís Gama se uniu a Claudina Gama em 1850, com quem teve um filho. Luís Gama tentou se matricular no curso de Direito do Largo de São Francisco em 1850, porém a instituição de ensino negou sua matrícula por ele ser negro e de baixa renda. Apesar de ser hostilizado pelos docentes e estudantes, ele não desistiu e assistia

às aulas como ouvinte.

Em 1856 aos 17 anos, ingressou na Secretaria de Polícia, tornando-se uma personalidade influente e bem conectada. Sua habilidade para a escrita na polícia evidenciava seu talento para a profissão. Assim, ele iniciou a produção de alguns textos, culminando com a publicação de seu único livro, *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, em 1859.

Luís Gama começou sua carreira jornalística na década de 1860 e se estabeleceu como um dos principais jornalistas da cidade de São Paulo. Ele atuou em diversos jornais, incluindo *Diabo Coxo*, *Cabrião*, *Radical Paulistano*, *Correio Paulista* e *Polichinello*. Ele escreveu artigos e também desempenhou a função de tipógrafo.

Luís Gama era um homem de grande inteligência defensor da república e abolicionista radical se engajou no Partido Republicano Paulista. Seu conhecimento em Direito o tornou um ferrenho defensor da causa abolicionista atuava como Rábula e oferecia seus trabalhos em anúncios de jornais chegou a conquistar a liberdade de mais de quinhentos escravos utilizando de uma lei de 1831 em que proibia o fim do tráfico de escravos, morreu em 1882 aos 52, decorrente de complicações da diabetes.

Outro grande intelectual afrodescendente do Brasil império foi José do Patrocínio (1853-1905) defensor da abolição, além de jornalista e autor brasileiro. Ele esteve profundamente envolvido nas iniciativas que buscavam a emancipação dos escravizados.

As enormes adversidades que José do Patrocínio enfrentou devido à sua origem social não foram suficientes para frear seu destaque em um momento crucial da história do Brasil, durante as lutas pela abolição da escravatura e pela implantação da república. José do Patrocínio veio ao mundo em Campos, no estado do Rio de Janeiro, no dia 9 de outubro de 1853. Ele era filho do Cônego João Carlos Monteiro, que era vigário da cidade, e da escrava Justina Maria. Desde cedo, teve acesso à educação básica e recebeu uma certa proteção. Com a autorização do pai, mudou-se para a capital, onde iniciou suas atividades laborais na Santa Casa de Misericórdia. Iniciou sua participação nas lutas contra a escravidão e a monarquia em 1871, com a publicação de um poema no periódico "A República".

Com o auxílio do professor João Pedro de Aquino, ingressou na Faculdade de Medicina como estudante de farmácia em 1868. Graduou-se em 1874 e, para manter-se, começou a dar aulas. Em 1875, lançou o periódico satírico "Os Ferrões", que destacou suas habilidades polemistas, mas que foi rapidamente encerrado. No mês de julho de 1876, publicou um audacioso poema de doze estrofes, dedicado à princesa Isabel, no periódico "O Mequetrefe".

Em 1879, casou com sua ex-aluna Maria Henriqueta, seu o ajudou a comprar o jornal *A Gazeta*

da Tarde. Em 1883, reuniu-se com membros de clubes e associações abolicionistas no Rio de Janeiro e Niterói, sugeriu a formação da "Confederação Abolicionista". Em janeiro de 1886, os candidatos da Confederação Abolicionista para a Câmara Municipal eram José do Patrocínio, Ubaldino Amaral e Quintino Bocaiúva. Patrocínio produziu três romances durante esse período: "Mota Coqueiro", "Os Retirantes" e "Pedro Espanhol". José do Patrocínio ficou ligado a princesa Isabel até os últimos anos da monarquia o que equivalia o afastamento dos membros da Confederação Abolicionista em relação a sua pessoa.

Na aurora de 15 de novembro de 1889, a revolta liderada por Deodoro da Fonseca foi bem-sucedida e a população tomou as ruas. Patrocínio, um exímio orador, pressionado por amigos acabou se rendendo e proferiu um discurso em apoio à República. Mas tarde realizou críticas a Floriano Peixoto que mandou prendê-lo um ano depois foi solto voltou para o Rio de Janeiro.

A Revolta da Armada ocorreu no dia 6 de setembro de 1893, quando a Marinha se insurgiu contra o presidente Floriano. Patrocínio divulgou uma declaração dos almirantes insurretos contra o governo de Floriano. Floriano ordenou o fechamento do jornal, era o término da trajetória profissional do jornalista. Em 1895, o jornal retornou à circulação, porém, em 1902, encerrou definitivamente suas atividades. Patrocínio, sem recursos, se mudou para uma residência modesta em Inhaúma. Faleceu em 1905, enquanto escrevia um artigo com o título *Ave Rússia* em que saudava a luta dos Democratas contra o autoritarismo do Czar Nicolau II para um jornal. O afrodescendente André Pinto Rebouças na cidade de Cachoeira, na Bahia, em 13 de janeiro de 1838. Ele era filho de Antônio Pereira Rebouças, um advogado mulato e autodidata, e de Carolina Pinto Rebouças, que era filha de um comerciante. Enfrentou uma infância repleta de enfermidades. Em 1842, seu pai conquistou uma cadeira, como deputado na província da Bahia, no Parlamento Imperial. Assim, a família se mudou para o Rio de Janeiro.

André e seu irmão Antônio, inseparáveis amigos, começaram seus estudos no Colégio Valdetaro. Em 1849, eles se transferiram para o Colégio Kopke em Petrópolis, e posteriormente para o Colégio Marinho, onde finalizaram seus estudos em geografia, latim e inglês. Em casa, se preparavam para as provas da Academia Militar. André e seu irmão conquistaram as primeiras posições. Em 1854 começaram o curso e em 1858 se graduaram. Receberam os títulos de Engenheiro Militar e as condecorações de primeiro-tenente, pediram uma bolsa de estudos na Europa. Em 1861, receberam as autorizações e rapidamente estavam a caminho do embarque.

Na Europa os irmãos estudaram na França e Inglaterra de volta ao Brasil após um ano e sete meses André

publicou “Memórias Sobre os Caminhos de Ferro na França”, e com a colaboração de seu irmão Antônio, publicou “Estudos Sobre Portos de Mar”. Participou da guerra do Paraguai inspecionando fortificações militares na região sul do Brasil. Se tornou engenheiro da Alfandega. Após a guerra do Paraguai viajou novamente para Europa e depois para os EUA, sofrendo preconceitos por causa de sua cor. De volta ao Brasil se engajou no movimento abolicionista, teve uma relação de amizade com o imperador Dom Pedro II, recebendo elogios do imperador como brilhante engenheiro, acompanhou a família real no exílio após a morte do Imperador viajou para África conhecendo os horrores da fome e pobreza de alguns países, se mudou para Funchal na ilha da Madeira onde morreu no dia 09 de maio de 1898.

Maria Firmina do Reis (1825-1917), uma maranhense negra e livre, filha bastarda, mas se graduou como professora primária e publicou, em 1859, o que alguns historiadores consideram como o primeiro romance abolicionista brasileiro, *Úrsula*. O livro narra a trama de um triângulo amoroso, no entanto, três dos personagens principais são afrodescendentes que questionam o sistema escravagista. Passou uma parte significativa de sua vida na residência da tia materna, que possuía melhores condições materiais. Firmina também se familiarizou com as referências culturais que a conduziram ao trabalho com as letras e a educação na casa dessa tia.

Foi à primeira mulher aprovada em um concurso público no Maranhão ocorreu em 1847. Ela se tornou professora. A posição contrária à escravatura marcou sua vida e trabalho, mesmo naquela época sendo desafiador para uma mulher expressar seu ponto de vista sobre a escravatura especialmente para uma mulher negra, isso era praticamente inimaginável.

Foi responsável pela criação da primeira escola mista e gratuita do Brasil, em 1881, o que chocou a comunidade de Maçaricó cidade do interior do Maranhão, levando-a a encerrar as atividades da instituição após dois anos e meio. Contudo, sua imagem como educadora era indiscutível: em 1880, conquistou a primeira posição em História da Educação Brasileira, ganhando o título de Mestra Régia.

Além de sua carreira como professora, Maria Firmina também se destacou como compositora e folclorista, mantendo colaboração ativa com a comunidade intelectual e com a mídia local, frequentemente publicando em periódicos do Maranhão. No entanto, grande parte de sua obra não publicada acabou se perdendo ao longo dos anos, ao ser esquecida. Após seu falecimento, seu filho adotivo, Leude Guimarães, que era o responsável por guardar seus manuscritos, teve seus bens furtados em um hotel, levando consigo o que ainda restava das escritas da autora. Morreu, pobre e cega em 1817.

Podemos dizer que Maria Firmina além de

sofrer preconceitos por ser uma mulher preta filha de uma mulher branca e de um homem preto sofreu preconceitos também por ser mulher e pobre em uma época que as mulheres eram submissas aos homens em uma sociedade extremamente machista

Não apenas os quatro nomes citados neste trabalho lutaram durante o período da monarquia brasileira para conseguirem seu espaço numa sociedade repleta de preconceitos através de uma vida acadêmica, sabemos que essa trajetória não foi fácil, muitos não conseguiram realizar seu desejo de terem um curso universitário ou até mesmo aprender a ler e escrever, mas os que conseguiram representaram bem os afrodescendentes conquistaram um papel relevante na literatura do século XIX.

O peso numérico das pesquisas sobre o período imperial é digno de destaque e avança nas explicações sobre a educação no Brasil. Tais trabalhos modificam o sentido da história da educação brasileira no que tange à ausência das pesquisas sobre a população negra, mostrando que, já no século XIX, “os próprios negros, sujeitos da ação educativa, elaboram estratégias e ações variadas para viabilizar o acesso ao mundo das letras, construindo suas próprias representações sobre a escola e conferindo múltiplos sentidos a escolarização (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 254 apud FONSECA; BARROS, 2016, p.63)”.

A educação de afrodescendentes no Brasil na época da República Velha foi caracterizada por desigualdades e atos de resistência, resultando na manutenção da maioria da população alheia ao conhecimento. Na Primeira República significava viver numa sociedade, que mesmo após a abolição permanecia com ideias escravocratas, que não permitia os afrodescendentes a apreender por meio da educação escolarizada, mesmos que fosse algum tipo de instrução, relativa somente às técnicas elementares da escrita e da leitura. A maioria da população permanecia analfabeta e o ensino-aprendizagem permanecia restrito às elites econômicas.

Apesar do direito mencionado que restringe, mas não impossibilita completamente o acesso do negro à escola, em 1937, Paulino José de Souza, presidente do Estado do Rio de Janeiro, sancionou a Lei nº 1, que estabelece as seguintes diretrizes para a educação primária:

1) compreensão política e histórica da diversidade; 2) reforço de identidades e direitos; 3) iniciativas educativas contra o racismo e a discriminação. A escola Nova foi um movimento de renovação educacional que ganhou destaque na Europa, América e Brasil durante a primeira metade do século XX. No Brasil, o escolanovismo emergiu sob significativas influências de mudanças econômicas, políticas e sociais. O acelerado processo de urbanização e o crescimento da cultura do café.

O ideário escolanovista foi a essência da

expansão do pensamento liberal no Brasil. Segundo alguns educadores, o escolanovismo defende que a educação é o único elemento realmente eficiente para a formação de uma sociedade democrática, que considera as diversidades, respeita a individualidade do indivíduo, capacitando-o a refletir sobre a sociedade e a se inserir nela. Assim, segundo eles, a educação escolarizada deveria ser fundamentada no indivíduo integrado à democracia, um cidadão participativo e democrático. Na Era Vargas, a educação dos afrodescendentes foi caracterizada por batalhas e resistências, mas também por transformações na educação em geral.

Em 1931, em São Paulo, surgiu o Movimento Negro que estabeleceu combater o racismo chegou a editar um jornal “A Voz da Raça” e se tornou um partido político em 1936. Em 1937, a ditadura do Estado Novo dissolveu a Frente Negra Brasileira, o primeiro e único partido negro do Brasil.

Durante a Era Vargas, a educação dos negros foi caracterizada por diversas transformações, mas também por preconceito e discriminação: a reinterpretação do termo “negro” como um conceito político visa desacreditar os significados negativos que são atribuídos aos negros. A introdução da Educação Física no ambiente escolar, a partir dos anos 1930, serviu como um recurso disciplinar e definidor de um padrão físico nacional.

A instituição de um curso de formação social, abrangendo matérias como história, moral e cívica, além de conhecimentos gerais, destinado aos participantes do curso de alfabetização de adultos a importância de estudar a resistência e a luta pela liberdade dos escravos. Porém a partir de 1937 houve a suspensão do programa de formação social devido e o fechamento da Frente Negra durante a ditadura de Vargas. Embora houvesse alguns avanços a educação dos negros durante a Era Vargas ainda continha várias falhas. Tais como: a escassez de diversidade nos recursos educacionais. A ausência de tratamento da cultura afro-brasileira nos recursos educacionais e a desigualdade e o estigma em relação à aparência do corpo negro.

Durante os anos 1940 e 1960, o movimento negro no Brasil adquiriu grande vigor, impulsionado pela democratização do país durante a República de 1946. No entanto, essa capacidade de ação foi reduzida durante a Ditadura Militar, a partir de 1964. As ações do movimento negro foram reprimidas pelos militares, que também começaram a propagar o mito da democracia racial no Brasil. O movimento negro ganhou força ao lado do movimento de resistência à ditadura e uma série de iniciativas começaram a ser realizadas a partir dos anos 70. Realizaram-se debates significativos com intelectuais brasileiros para debater a questão do racismo e a necessidade de resgatar figuras da história afro-brasileira.

Durante a década de 1970, o Movimento Negro (MN) começou a defender uma educação antirracista, visando superar a opressão racial. O Movimento Negro começou a reivindicar mudanças no currículo escolar e na maneira como o negro era retratado nos recursos pedagógicos.

O período de 1980 foi caracterizado por transformações notáveis no sistema de ensino do Brasil, incluindo o surgimento do movimento da didática crítica e a implementação da avaliação educacional. Também foi durante a década de 1980 que o Brasil experimentou uma abertura política, após um extenso período de ditadura militar. Este procedimento permitiu o aparecimento de novas instituições da sociedade civil e política.

Nos anos 80, foram criados novos recursos pedagógicos que proporcionava mais espaço para os estudantes experimentarem e adquirirem conhecimento de maneira prática. A década de 1980 foi marcada por progressos significativos na educação brasileira. As alterações tinham como objetivo expandir a educação, aprimorar a qualidade do ensino e valorizar os docentes.

O Movimento Social Negro Brasileiro (MSN) teve um papel fundamental na redução do analfabetismo e na elevação do grau de instrução da população afrodescendente. O MSN estabeleceu redes de proteção aos valores da cultura afrodescendente, possibilitando que uma parcela da população negra enfrentasse o preconceito e se mantivesse no ambiente escolar. O MSN também criou iniciativas para incentivar a igualdade de oportunidades, tais como o Geração XXI, o Jovem Negro e as Africanidades culturais brasileira.

O Projeto Geração XXI foi desenvolvido como uma das principais sugestões ao avanço das discussões raciais em nível nacional, incentivando o diálogo, a partilha de vivências e ações que possuam um grande potencial de mudança para uma população historicamente discriminada. O propósito de colocar cotas raciais, foram pautadas no Brasil desde os anos 1980, mas só foram aprovadas como Lei Federal em 2012.

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em 18 de junho de 1978 e apresentado ao público em 7 de julho do mesmo ano. A apresentação representou um marco na batalha contra a discriminação racial no Brasil, ocorrendo durante a Ditadura Civil-Militar. O MNU foi estabelecido em resposta a certos eventos como: Robson Silveira da Luz, torturado e brutalmente assassinado pela polícia em 4 de maio de 1978, foi um caso notável. A restrição de entrada de quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê. O MNU foi oficialmente apresentado ao público no dia 7 de julho de 1978, durante um protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. O ato envolveu organizações do Rio de Janeiro e da Bahia,

bem como Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento.

Frente à crescente e evidente manifestação do racismo enraizado na sociedade brasileira desde a época da escravidão, entidades como o MNU tendem a surgir de locais que acabam funcionando como locais de convívio coletivo para a comunidade negra, como teatro, hip hop e grupos de jornalismo especializados. A Carta Magna de 1988 garantiu direitos e proteções para os afrodescendentes, sendo a primeira Constituição que incluiu o racismo como crime. Sendo um grande avanço na conquista de direitos, ficando conhecida com Constituição Cidadã. Em suas principais características em defesa de uma educação plural podemos mencionar:

O racismo é visto como um crime inafiançável e imprescritível, passível de pena de prisão.

O Estado tem a responsabilidade de salvaguardar as expressões culturais populares, indígenas e afro-brasileiras. A Lei 9.394/96 estabeleceu como obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas. Todos, homens e mulheres, possuem a mesma igualdade perante a lei, que considera como crime inafiançável qualquer discriminação.

Sempre foi negado aos livros escolares a identidade do homem negro, residente do subúrbio. Considerando que a educação é um produto social, a elite branca e o racismo não desejavam que negros e negras se sentissem integrantes da sociedade e não ocupassem os mesmos espaços, buscando apagá-los através de várias restrições, inclusive no âmbito educacional. Durante a década de 1990, o Brasil tinha um alto índice de adultos analfabetos, totalizando aproximadamente 18 milhões de indivíduos. Os índices de evasão e reprovação também eram elevados, com aproximadamente 60% dos alunos que ingressavam no Ensino Fundamental deixando a escola. A educação tem recebido uma atenção particular das organizações negras como um direito que vem sendo gradualmente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES, 2012. p. 73).

A década de 1990 iniciou por várias conquistas da população afrodescendentes marcado por avanços educacionais e culturais. Esses avanços iniciaram na década de 1950 e culminaram no final da década 1990 até início dos anos 2000 como podemos citar:

A Lei Afonso Arinos, também chamada de Lei 1.390/51, foi a primeira legislação no Brasil a lutar contra o racismo: Afonso Arinos de Melo Franco propôs e Getúlio Vargas promulgou em 3 de julho de 1951. Tornou-se crime a discriminação racial.

Determinou que o crime de racismo é inafiançável e sem prescrição prevista.

Estabelecia punições de prisão de um a cinco anos e multa para aqueles que fossem condenados por atos racistas.

Determinava que nenhum local poderia tratar de forma desrespeitosa ou negligenciar o cliente por causa de sua cor de pele.

Um grande avanço para a conquista dos direitos da comunidade afrodescendente veio com a Constituição Federal de 1988 em artigo 3º, inciso XLI, determina que a República Federativa do Brasil deve promover o bem de todos sem preconceitos de raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. O artigo 5º, inciso XLI, determina que a lei punirá qualquer discriminação que atente aos direitos e liberdades fundamentais.

A injúria e o racismo embora pareçam idênticos, esses dois termos diferem sob a perspectiva jurídica. A injúria racial acontece quando se proferem ofensas a certos grupos de indivíduos, como por exemplo, chamar um negro de "macaco". A acusação de injúria racial permite fiança, com uma pena máxima de oito anos, apesar de normalmente não exceder os três anos. Por outro lado, o racismo é mais sério, visto como um delito inafiançável e imprescritível.

Para que o crime seja classificado como racismo, é necessário menosprezar a raça de alguém, seja através da restrição de acesso a um local específico ou da recusa de emprego com base na cor da pele. Por exemplo, o veto à inscrição de uma criança em uma escola devido à sua cor de pele pode ser considerado um caso de racismo.

Outra importante foi a Lei Caó, também chamada de Lei no 7.716, de 5 de janeiro de 1989, estabelece como delito a discriminação ou preconceito baseado em raça, cor, etnia, religião ou origem nacional. O então presidente José Sarney sancionou a lei, que foi batizada em honra ao seu autor, o deputado Carlos Alberto Oliveira, mais conhecido como Caó.

Essas leis contra o racismo tem uma grande importância para a vida educacional da população afrodescendente, eram nas escolas e universidades onde a população afrodescendente sofria com o preconceito de certo modo com o surgimento dessas leis houve uma inibição desse preconceito.

Em 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil.

A Lei no 10.639, promulgada em 9 de janeiro de 2003, introduz o tema História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares da educação básica. O objetivo é promover a conscientização acerca da cultura africana e sua influência na população brasileira

O ambiente educacional, juntamente com as leis e o professor, pode proporcionar ao estudante uma nova perspectiva, aprendendo mais sobre a história do continente Africano e as heranças que herdamos deste continente. Isso nos permite desenvolver novas

perspectivas sobre o povo negro, superando nossos próprios preconceitos.(ALVES,2012).A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, assegura a reserva de vagas para afrodescendentes nas universidades federais brasileiras. A ex-presidente Dilma Rousseff sancionou a lei em 2012 com o propósito de diminuir a desigualdade entre brancos e negros no país. A mesma lei determina que 50% das vagas em universidades e institutos federais de educação superior sejam reservadas para candidatos afrodescendentes, indígenas e deficientes. A Lei 14.723/23 que entrou em vigor em 2023, atualizou a Lei de Cotas no âmbito federal. A alteração aprovada diminuiu a renda familiar máxima permitida para se candidatar às cotas, que foi reduzida de 1,5 salário mínimo por indivíduo para 1 salário mínimo por indivíduo. A revisão também enquadrou os quilombolas como beneficiários da reserva de vagas.

Outra grande conquista da população afrodescendente foi ter conquistado a data do dia da consciência negra como feriado nacional, o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra e Dia Nacional de Zumbi dos Palmares, já era uma data comemorada oficialmente no Brasil desde 2011. Mas, feriado mesmo em Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo, por força de leis estaduais; e em algumas cidades, como Boa Vista, capital de Roraima, por decisão municipal. Anteriormente, o dia 20 de novembro já é considerado feriado em seis estados brasileiros e cerca de 1.200 cidades.

O dia 20 de novembro foi escolhido para marcar a Consciência Negra por ser a data da morte de Zumbi dos Palmares, líder daquele que foi um dos maiores quilombos do país, o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, na ocasião, vinculada à capitania de Pernambuco. Sua morte se deu em 1695, em uma emboscada. Em dezembro de 2023, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei. 14.759/2023.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou por 286 votos contra 121, proposta que torna feriado nacional o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. O Projeto de Lei 3268/21 já foi aprovado pelo Senado. A data passou a ser chamado Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Vale ressaltar que não podemos apenas lembrar dos feitos de Zumbi mas de outros grandes personagens da comunidade de Palmares que lutaram bravamente pela liberdade de seu povo, como: Ganga Zumba, Dandara entre outros.

CONCLUSÃO

Embora seja indiscutível a importância da educação para abrir caminhos e expandir as oportunidades para a população afrodescendente, o racismo estrutural e funcional surgiu fora dos muros das escolas e persiste por um longo período. Vários

indicadores socioeconômicos demonstram que a discriminação social e a marginalização da população afrodescendente persistem ao longo da vida e em variados segmentos da sociedade e ainda temos muito que percorrer e conquistar.

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023 revelou que a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos de 15 anos ou mais diminuiu para 7,1%, o nível mais baixo da história brasileira desde 2016, porém ainda supera a taxa de 3,2% entre os brancos. O estudo também revelou que 71,6% dos jovens de 14 a 29 anos que não concluíram o ensino médio seja por terem abandonado a escola antes do término desta fase, ou por nunca terem frequentado a escola eram negros, enquanto apenas 27,4% eram brancos. Esses dados demonstram que além de leis e cotas o governo tem por dever realizar um trabalho mais assíduo nas escolas e universidades contra toda forma de racismo e preconceito e não ficar apenas no debate no mês de novembro, mês que comemoramos o dia da Consciência Negra. Só através da educação que podemos mudar essa realidade.

Referências

ALVES, Cynthia S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. UEPB. Guarabira-PB. 2012. Disponível em <
<http://dSPACE.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1338/PDF%20-%20Cynthia%20Cristina%20de%20Souza%20Alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

ALVES, G. L. O trabalho didático na escola moderna: formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

<https://www.camara.leg.br/noticias/1021153-camara-aprova-feriado-nacional-em-20-de-novembro-dia-de-zumbi-e-da-consciencia-negra/> Acesso em 29/10/2024.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm/ Acesso em 28/10/2024

CYNTHIA, Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CRUZ, Ricardo Alexandre da.Negros e educação:as trajetórias e estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DA SILVA, Paulo Cristiano. **A cor do racismo**. 2012 Disponível em <> acesso em 22/03/18.

FERREIRA, Antônio Oneildo. **Princípio**

constitucional do não retrocesso. Jota. 2015
Disponível em <> acesso em 15/03/2018.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação dos negros.
Bragança Paulista- -SP: EdUSF, 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o
invisível. O Negro na história da educação brasileira.
Revista Brasileira de História da Educação/SBHE, v.7,
n.1 (13) 2007.

GOMES, N. L. Escola e diversidade étnico-cultural:
um diálogo possível. In: DAYRELL, J.(Org.).
Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo
Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

GONDRA, José, SCHUELER, Alessandra. Educação,
poder e sociedade no Império brasileiro. Rio de Janeiro:
Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito
de cor e racismo no Brasil. Revista de Antropologia,
São Paulo, v. 47, n. 1, 2004.

IBGE. **IBGE divulga estudo especial da PME sobre
Cor ou Raça.** 2006 Disponível em <> acesso em
24/03/2018.

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de
Janeiro (1808-1850) São Paulo, Companhia das
Letras, 2000.

MAESTRI, Mario. A pedagogia do medo: disciplina,
aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In:
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena
Câmara (Orgs.). História e memórias da educação no
Brasil. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 192-210.

MOACYR, Primitivo. A instrução e o império:
subsídios para a história da educação no Brasil, 1823-
1853. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. MORAES, Neida
Lúcia. Espírito Santo: História de suas lutas e
conquistas. Vitória: Artgraf, 2002.

NEVES, Fátima. Maria. O método lancasteriano e a
formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808- 1889).
Assis-SP: UNESP, 2003. (Tese de doutorado).

NÓVOA, Antonio. Apresentação. In: BASTOS, Maria
Helena Camara. (Org). Histórias e memórias da
educação no Brasil, século XIX. Petrópolis: Vozes,
2011.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **O princípio de
não discriminação.** Revista Jus Navigandi, ISSN
1518-4862, Teresina, ano 7, n. 57, 1 jul. 2002.
Disponível em <> acesso em 10/03/2018

PILETTI, Nelson. História da educação no Brasil. São
Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Maria Luísa S. História da educação
Brasileira: a organização escolar. 3 ed. São Paulo:

Moraes, 1981.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da
educação no Brasil. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
SAVIANI, Demerval. Os balanços na historiografia da
educação brasileira – sentidos e perspectivas.
NEPOMUCENO, Maria; TIBALLI, Elianda (Orgs.). A
educação e seus sujeitos na história. Belo Horizonte:
Argumentvm, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco,
muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.
SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) História da vida
privada 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA Marco; PORTO Amélia. Nas trilhas do Ensino
de História: teoria e prática. Belo Horizonte: Rona,
2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Igualdade
perante a lei, sem preconceitos de raça, gênero,
crença, origem e opção sexual.** Disponível em <>
acesso em 22/03/18.

VILLELA, H. “O ensino mútuo na origem da primeira
escola normal do Brasil”. In: BASTOS, M. H. e FARIA
FILHO, L. M. (orgs). A Escola elementar no século
XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo-RS:
Ediupf, 1999.

WARDE, Miriam Jorge; Carvalho, Marta M. C (2000).
Política e cultura na produção da história da educação
no Brasil. In: Revista contemporaneidade e educação.
Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura e
Educação Continuada, Ano V, n° 7.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M.
História da educação: a escola no Brasil. São Paulo:
FTD, 1994.